

1 **ATA DA REUNIÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**  
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 12 DE**  
3 **DEZEMBRO DE 2017, ÀS 08 HORAS E TRINTA MINUTOS, EM**  
4 **CONTINUAÇÃO À REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE DEZEMBRO DE**  
5 **2017, NO MUSEU DE ARTE MURILO MENDES.**

6 Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta  
7 minutos, na sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes,  
8 regimentalmente convocado sob a Presidência do Magnífico Reitor Professor Doutor  
9 Marcus Vinicius David e com as presenças dos Conselheiros: Girlene Alves da Silva,  
10 Kátia Maria Silva de Oliveira e Castro, Eduardo Antônio Salomão Condé, Mônica  
11 Ribeiro de Oliveira, Ana Lívia de Souza Coimbra, Marcos Souza Freitas, Samuel  
12 Rodrigues Castro, Raquel Fellet Lawall, Ricardo de Cristóforo, Ana Paula Ferreira,  
13 Wilhelm Passarella Freire, Gilmar José dos Santos, José Gustavo Francis Abdala, Marise  
14 Pimentel Mendes, Aline Araújo Passos, Lourival Batista de Oliveira Júnior, André Silva  
15 Martins, Daniel Godoy Martinez, Denise Barbosa de Castro Friedrich, Hélio Antônio da  
16 Silva, José Otávio do Amaral Corrêa, Jaqueline da Silva Frônio, Rogério de Souza  
17 Sérgio Ferreira, Tadeu Coutinho, Cristina Simões Bezerra, Rubens Luiz Rodrigues,  
18 Eliete do Carmo Garcia Verbena Faria, Sérgio de Castro Tardelli, Iago do Nascimento  
19 Silva, Rogério da Silva, Márcio Roberto Sá Fortes, José Francisco Fernandes Júnior,  
20 Maria Ângela Ferreira Costa, Igor Coelho e Heronides Filho, realizou-se mais uma  
21 reunião do egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora, em  
22 continuação à reunião ordinária do dia sete de dezembro de 2017. Foram justificadas as  
23 ausências dos conselheiros: Liamara Scortegagna, Marina Monteiro de Castro e Castro,  
24 Flávio Cardoso Sereno, Henrique Duque de Miranda Chaves Filho. Havendo número  
25 legal, o Senhor Presidente deu início à sessão, explicando que a presente reunião foi  
26 convocada para dar prosseguimento à reunião ordinária do mês de dezembro, dando  
27 continuidade à discussão sobre a minuta que busca regulamentar os cursos de  
28 especialização não gratuitos na UFJF. Desta forma instaurou-se a deliberação o item **3.5**  
29 **- Processo nº 23071.024232/2017-71 – Proposta de Regulamentação dos cursos de**  
30 **pós-graduação *lato sensu* não gratuitos da Universidade Federal de Juiz de Fora.**  
31 **(Parecer: Conselheiro Lourival Batista).** O Senhor Presidente apresentou um breve  
32 histórico da discussão da pauta iniciada na reunião anterior. A seguir abriu para  
33 discussões, passando a palavra ao Conselheiro Márcio Sá Fortes que saudou a todos e  
34 revelou que, por deliberação ocorrida em Assembleia, mantém o pedido de retirada de  
35 pauta, em razão do entendimento da necessidade de uma discussão profunda da  
36 temática, não só da minuta proposta da resolução, mas também sobre o modelo de  
37 Universidade que a UFJF deseja fortalecer. Mencionou a resolução que suspendeu  
38 provisoriamente a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* autossustentáveis, até  
39 decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Sugeriu a criação de um calendário  
40 acadêmico para uma discussão do assunto, após o retorno das atividades acadêmicas. Na  
41 sequência a palavra foi dada a Conselheira Aline Passos que saudou a todos e relatou  
42 que independentemente da retirada ou não do tema de pauta, em que pese entenda que  
43 deve ocorrer à suspensão da deliberação, a discussão ocorrida em sua unidade foi  
44 exclusivamente sobre a minuta com a proposta de regulamentação dos cursos de pós-  
45 graduação *lato sensu* não gratuitos. Realizou um contraponto na fala do Conselheiro  
46 Márcio Sá Fortes de que não se pode trabalhar com futurologia, onde a situação posta  
47 foi a suspensão provisória da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* não  
48 gratuitos, até a definição de um imbróglgio jurídico. Após o problema ser resolvido  
49 conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, no qual as verbas públicas  
50 disponibilizadas para as universidades públicas, garantem a gratuidade de ensino para

1 os cursos de graduação e pós-graduação *stricto-sensu*, a deliberação do Conselho deve  
2 se pautar nos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Caso ocorra uma mudança na  
3 Constituição ou nesse entendimento, aí sim, a situação deve ser enfrentada. A seguir o  
4 Conselheiro Rubens Rodrigues pediu a palavra, saudou a todos, e pontuou que gostaria  
5 de fazer uma manifestação sobre este tema em nome da Associação de Professores de  
6 Ensino Superior de Juiz de Fora (APESJF), corroborando com a perspectiva  
7 apresentada pelo Conselheiro Márcio Sá Fortes, representante do Sintufejuf, de que é  
8 necessário aprofundarmos essa discussão no âmbito da Universidade, entendendo que  
9 após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), é fundamental a defesa da  
10 Universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Asseverou ser muito  
11 importante, sobre tudo no contexto atual que vem apresentando medidas significativas  
12 de desestruturação das carreiras dos servidores das universidades, que se cuide de evitar,  
13 medidas que possam, ainda mais, permitir a flexibilização e fragmentação das  
14 categorias que possam trazer dificuldades, por sequência, para a construção de uma  
15 Universidade efetivamente democrática. A seguir foi concedida a fala a Conselheira  
16 Cristina Bezerra que saudou a todos e informou a posição de sua unidade acadêmica,  
17 que, baseada no princípio da gratuidade, é contrária a qualquer tipo de cobrança na  
18 Universidade Pública. Uma defesa não só da Universidade Pública, que vem sofrendo  
19 tantas ameaças, como também uma defesa da possibilidade de que ela seja acessível em  
20 todos os seus níveis, ressaltando a discussão riquíssima que a Instituição está fazendo  
21 em relação a cotas na pós-graduação *stricto-sensu* e parabenizando o trabalho da Pró-  
22 reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UFJF. Enfatizou a importância do princípio da  
23 gratuidade para que praticamente seja acessível aos diferentes níveis da sociedade e,  
24 além disso, de que no momento em que estamos com uma ofensiva às Universidades,  
25 uma discussão desse tipo é muito arriscada, diante de cortes de verbas, restrição de  
26 recursos e teto de gastos. Nesse momento, fazer a discussão sobre cursos pagos seria  
27 alimentar essa perspectiva de ofensiva às Universidades, o que não parece ser o  
28 posicionamento da Instituição tendo em vista todos os posicionamentos aprovados no  
29 Conselho nos últimos meses. Corroborou com a fala da Conselheira Aline Passos,  
30 quanto à concessão de mais tempo para que possam aprofundar a discussão nas  
31 unidades acadêmicas, quanto à minuta apresentada para os cursos de pós-graduação *lato*  
32 *sensu*, não estendendo essa discussão para outras questões. Ponderou que apesar do  
33 princípio da gratuidade nortear tudo isso, não se deve tomar esse tempo para discutir  
34 outras questões, como graduação paga, uma vez que isso pode inclusive acender debates  
35 que estão adormecidos e que devem ser mantidos distantes. Reforçou a necessidade de  
36 manutenção da discussão em torno da pós-graduação *lato sensu* pelo Conselho, assim  
37 como da prorrogação do prazo para discussão do tema. Dando continuidade, o Senhor  
38 Presidente passou a palavra ao Conselheiro Sérgio de Castro Tardelli, representante do  
39 Diretório Central dos Estudantes (DCE), que cumprimentou a todos apresentando o  
40 posicionamento que ratifica as falas dos Sintufejuf e da Apes, pela gratuidade do serviço  
41 público, contra a precarização e privatização das Universidades Públicas. Solicitou ao  
42 Conselheiro Iago do Nascimento, também representante do Diretório Central dos  
43 Estudantes (DCE) para que realizasse a leitura da carta elaborada pelos centros e  
44 diretórios acadêmicos, votada e aprovada no Concada, que foi exposta em sua  
45 integralidade conforme segue: *O projeto de mercantilização da educação brasileira é,*  
46 *ainda que por muitas vezes maquiada como expansão do ensino, um processo que*  
47 *passa necessariamente pelo desmantelamento do ensino gratuito e avanço em direção à*  
48 *privatização. O investimento privado ou a cobrança pela prestação de serviços*  
49 *públicos aparecem muitas vezes como saída para sustentabilidade das universidades,*  
50 *uma vez que o Governo Federal vem demonstrando sucessivamente que não tem*

1 *compromisso com a manutenção e expansão desse setor. Ao contrário de*  
2 *representarem uma saída, tais apostas significam restringir cada dia mais o acesso aos*  
3 *espaços públicos e à universidade. Tudo isso em um processo de desvalorização total*  
4 *dos serviços de responsabilidade estatal. Isso acontece tanto através da privatização*  
5 *total de uma instituição pública, como já aconteceu com diversas companhias elétricas*  
6 *e de água em todo o Brasil, quanto através de experiências pontuais de privatização,*  
7 *como as políticas de parceria público-privada, a criação de cursos pagos em*  
8 *instituições públicas, entre outras. Recentemente, em uma pesquisa levantada através*  
9 *da Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE), as pesquisadoras*  
10 *Theresa Adrião (Unicamp) e Teise Garcia (USP) classificam os mais diversos*  
11 *mecanismos de privatização, tendo como bases o "exógeno" e o "endógeno", cabendo*  
12 *ao primeiro um modelo de repasse público ao setor privado, e, ao segundo, um viés de*  
13 *ensino mercadológico e de simples reprodução técnica. Esse movimento, segundo as*  
14 *pesquisadoras, corroboram uma entrada massiva do capital privado em prol de*  
15 *corporações e da financeirização, e em detrimento da universalização do*  
16 *conhecimento, acentuando as desigualdades. Essa agenda neoliberal, na educação, já*  
17 *está pautada em bolsas de pesquisa e projetos de extensão de caráter corporativo, por*  
18 *exemplo, que distanciam o estudante de um referencial social, que contribua para uma*  
19 *transformação real da sociedade. A criação de cursos de especialização pagos caminha*  
20 *em direção à privatização cada vez mais profunda da nossa Universidade. A criação e*  
21 *regulamentação dos cursos de pós-graduação lato sensu não gratuitos corrobora com*  
22 *essa agenda e aprofunda o caráter tecnicista do ensino oferecido na UFJF. O Diretório*  
23 *Central das e dos Estudantes da UFJF, e o Conselho de Centros e Diretórios*  
24 *Acadêmicos da UFJF, se colocam contrários à privatização das especializações que,*  
25 *devido ao histórico e ao particular quadro político-econômico brasileiro, é ponta-de-*  
26 *lança para maior abertura ao capital privado nas universidades públicas, configurando*  
27 *uma interferência direta sobre o ensino público, gratuito, laico e de qualidade. Na*  
28 *sequência, o Conselheiro André Martins solicitou a palavra, saudou a todos, retomando*  
29 *a reunião do Conselho Superior realizada no ano de dois mil e quinze, na qual foi*  
30 *aprovada a Resolução pela qual os cursos de pós-graduação lato sensu autossustentáveis*  
31 *ficaram suspensos até pronunciamento final do STF, e sua posição à época em que*  
32 *concordou com o parecer apresentado pela comissão e ponderou que após decisão*  
33 *definitiva do STF, o Conselho Superior teria que se posicionar politicamente sobre o*  
34 *assunto, deliberando se a UFJF deveria ou não autorizar a realização de cursos pagos.*  
35 *Desta forma, recuperou rapidamente a suspensão dos cursos, deliberada naquela*  
36 *reunião, na qual vários dados foram apresentados, mostrando a insegurança jurídica de*  
37 *implementação dos cursos em função das ações judiciais que estavam em tramitação.*  
38 *Relembrou que, naquele momento, foi aprovada a Resolução de suspensão e asseverou*  
39 *que na oportunidade assinalou a necessidade do Conselho Superior realizar um debate,*  
40 *quando o imbróglgio jurídico fosse sanado, acerca da autorização ou não para a*  
41 *implementação de cursos pagos pela UFJF. Ressaltou que, então, fica muito tranquilo*  
42 *para trazer essa questão para o contexto atual. Ressaltou que, no entanto, reconhece o*  
43 *esforço que foi feito pela administração para regular os cursos, que responde*  
44 *imediatamente a Resolução, na tentativa de regular de forma mais adequada os cursos*  
45 *não gratuitos. Entretanto, entende que o problema de fundo continua, problema esse que*  
46 *tem dois aspectos, um deles quanto ao princípio, e foi isso que, basicamente, as falas*  
47 *que o antecederam apresentaram, sendo o que consta no documento que foi lido pela*  
48 *representação estudantil. Esse é um posicionamento o qual subscreve, falando em nome*  
49 *de sua unidade acadêmica, mas, além desse elemento, considera fundamental o*  
50 *Conselho tratar de um segundo aspecto: a conjuntura brasileira atual. O conselheiro*

1 alerta que precisamos pensar o que significa debater essa proposta no contexto atual,  
2 diante de um relatório do Banco Mundial com características conhecidas e ofensivas a  
3 Universidade Pública e a Educação Pública de um modo geral. Pontuou ser preciso  
4 pensar com cautela e, nesse sentido, acredita que ampliar o espaço de reflexão, com essa  
5 questão de fundo, é extremamente necessário para pensar que Universidade nós  
6 queremos, que Brasil nós queremos, qual é o papel da ciência nesse processo, qual é a  
7 função do trabalho educativo dos docentes e pesquisadores nesse processo. Destaca que  
8 precisamos dar tempo para esse debate, acreditando que a forma como foi encaminhada  
9 a discussão, com uma minuta e seus artigos, esqueceu a discussão de fundo, sendo então  
10 preciso criar as condições para que a discussão de fundo seja efetivamente realizada.  
11 Nesse sentido, relatou ser extremamente importante para esse momento da Universidade  
12 a retirada de pauta, assegurando um tempo para que esse debate seja feito e que  
13 possamos ter uma posição mais amadurecida, uma posição que pense sobre as questões  
14 de princípios, mas também sobre o ponto de vista das questões estratégicas e que esse  
15 Conselho volte a discutir com uma clareza maior sobre o tema, se dedicando a montar  
16 ações em relação às questões de fundo. Destacou ainda que essa questão não aparece no  
17 documento da Resolução e nem na minuta do parecerista desse processo e que essa  
18 discussão de fato precisa ser realizada, que precisamos dar essa oportunidade de fato e,  
19 nesse sentido, também encaminha favoravelmente a retirada do ponto de pauta. A seguir  
20 foi dada a palavra ao Conselheiro Eduardo Salomão Condé, que cumprimentou a todos  
21 e todas e apresentou uma proposta de encaminhamento, uma vez que revelou ter certeza  
22 de nunca ter visto esse plenário fazendo defesa da privatização e que também nunca viu  
23 ninguém nesse plenário apresentar posição contrária à gratuidade do ensino, dessa  
24 forma, deveríamos dar um encaminhamento lógico à proposta de retirada de pauta.  
25 Relatou ter certeza que muitas partes da universidade estão preocupadas com essa  
26 questão e alguns até defendem que sejam feitos editais para especialização no menor  
27 prazo possível, no entanto, essa questão deve ser aprofundada. Para que isso tenha  
28 sequência é preciso que o Conselho retire o tema de pauta e defina o prazo para que essa  
29 discussão possa ser feita, uma vez que há duas maneiras fazer essa discussão, retirando  
30 de pauta e transferindo para algum ponto no futuro ou em nenhum lugar, podendo voltar  
31 daqui a um mês, três meses, dois anos, três anos; ou então o conselho estabelece um  
32 prazo para que a discussão possa ser feita. Ressaltou a importância de estabelecer um  
33 prazo para o aprofundamento do debate na universidade, pois não podemos sair da  
34 reunião com a tese de simples retirada de pauta e ampliação da discussão.  
35 Posteriormente a palavra foi concedida ao Conselheiro Igor Coelho, que saudou a todos  
36 e todas dizendo que a posição apresentada pelo Conselheiro Marcio Sá Fortes em defesa  
37 da retirada de pauta deságua de uma reunião em que a categoria dos TAES em  
38 assembleia decidiu por postergarmos esse debate, para que ele possa ser realizado com  
39 mais calma, mais tranquilidade, por se tratar de um debate importante. Saliu que  
40 esta é a posição dos representantes do Sintufejuf e asseverou ainda que, consegue  
41 perceber a real necessidade desse debate, inclusive pelas falas dos Conselheiros aqui  
42 presentes. Registrou que a discussão precisa ser realizada com a comunidade, com um  
43 debate aprofundado. Chamou a atenção dos presentes, uma vez que entende que esse  
44 Conselho já cometeu alguns equívocos em decisões importantes e pelas quais se sofre  
45 consequências até hoje, fazendo referência ao fato de não ter sido feito um amplo debate  
46 com a comunidade quando da aprovação do Programa de Apoio ao Plano de  
47 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Concordou que a  
48 ampliação de vagas e do ensino é muito importante, mas que o assunto não foi debatido  
49 da forma como deveria ter sido, sendo um triste episódio que faz questão de lembrar, no  
50 qual o prédio deste Conselho precisou ser cercado pela polícia para realizar o debate

1 sobre o REUNI. Lembrou ainda da criação do Campus Avançado de Governador  
2 Valadares, que é uma questão que devemos resolver e que também foi um assunto que  
3 não teve um debate anterior. Corroborou com a proposta apresentada pelo Conselheiro  
4 Eduardo Salomão Condé quanto à estipulação de um prazo, porém que seja suficiente  
5 para que esse debate seja realizado da maneira correta, possibilitando o posicionamento  
6 de qual Universidade queremos. Salientou ser diferente debater com coordenadores de  
7 cursos e discutir o assunto com a comunidade acadêmica. Exemplificou outros temas  
8 amplamente discutidos com a comunidade acadêmica como o Regimento Acadêmico da  
9 Graduação-RAG e o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFJF-PDI, justificando  
10 a necessidade do debate apesar de alguns argumentos apresentados quanto a  
11 imprescindibilidade de se votar o assunto agora. A seguir foi dada novamente a palavra  
12 ao Conselheiro Márcio Sá Fortes que retomou as falas das Conselheiras Aline Passos e  
13 Cristina Bezerra, ratificando a importância de se levar esse debate adiante e estabelecer  
14 prazo para a discussão. Revelou ainda a necessidade de uma resolução ou uma portaria  
15 com relação à ao texto afirmativo que suspende as pós-graduações até a finalização do  
16 debate, porque se ela estava vinculada simplesmente a uma questão legal e isso foi  
17 superado, pode-se entender que ela não esteja mais suspensa. Tendo encerrado as  
18 inscrições, o Senhor Presidente retomou a fala apresentando alguns esclarecimentos  
19 para ser possível fazer a definição do encaminhamento de votação. Retomou em  
20 primeiro lugar uma fala que fez no final da outra reunião, assinalando que é  
21 fundamental deixar claro o papel cumprido pela Administração Superior frente ao fato  
22 de que a resolução aprovada por esse Conselho era uma resolução condicional e ficava  
23 suspensa até se superar o problema jurídico. O problema jurídico foi superado, o que  
24 permitiu que vários setores da Universidade entendessem que já poderiam oferecer  
25 novamente os cursos e que por um compromisso político assumido durante a campanha,  
26 de fazer uma nova regulamentação para a pós Lato Sensu, visto que a atual já vigorava  
27 há vinte na Universidade, foi apresentada a proposta ora em pauta. Asseverou que no  
28 seu entendimento é uma proposta muito boa, que garante princípios que são  
29 importantíssimos para garantir que a Universidade se aproprie de recursos,  
30 despersonaliza a gestão e representa avanços muito fortes. Assinalou que a  
31 Administração Superior nunca planejou travar uma ampla discussão na Universidade  
32 sobre os cursos pagos. Sublinhou que qualquer entidade poderia ter apresentado essa  
33 proposta para o Conselho Superior e não necessariamente a Administração Superior,  
34 que coube a Administração Superior apresentar uma resolução para aprimorar a gestão  
35 dos cursos de pós-graduação *lato sensu* não gratuitos na UFJF. Revelou que vê um  
36 paradoxo na recomendação de fazermos um debate amplo sobre se a UFJF deve ou não  
37 aprovar cursos pagos, na medida em que, pelos levantamentos realizados e as pressões  
38 recebidas sinalizam, tudo faz crer, de forma muito clara, que existe uma maioria muito  
39 forte de professores e técnicos favoráveis à continuação dos cursos pagos. Declarou que  
40 se fizermos esse tipo de debate cairemos, sim, em um problema político, porque vamos  
41 sinalizar para nós e para toda a comunidade que a UFJF é favorável aos cursos pagos, o  
42 que o preocupa. Justificou ser por essa razão que essa discussão não foi fomentada, mas  
43 sim, apenas, o encaminhamento da regulamentação dos cursos pagos que é uma prática  
44 que existe há vinte anos na Universidade. No entanto, afirmou que não há nenhum  
45 problema em se fazer um amplo debate, se a Universidade assim decidir. A autonomia  
46 do Conselho será respeitada e ele terá que decidir, primeiramente, se esse debate vai ser  
47 feito com os cursos suspensos ou em funcionamento; em segundo lugar, em qual prazo  
48 vai ser feita essa discussão, sendo essas decisões que esse Conselho tem que tomar.  
49 Pontuou sobre o exemplo e elogio feito pelo Conselheiro Igor Coelho em razão da  
50 discussão do Regimento Acadêmico da Graduação-RAG, asseverando, porém, que para

1 a decisão do RAG a Graduação não parou para decidir, afirmando ser imprescindível  
2 definir qual é a proposta, se é dar prosseguimento a pós-graduação enquanto se debate  
3 ou é para manter suspensa; sendo essas as decisões verdadeiras que esse Conselho tem  
4 que tomar. Insistiu que a marca da atual gestão é a de não fugir de debate nenhum,  
5 afirmando que a Administração Superior está aberta para discutir qualquer tema, em que  
6 pese entenda que esse não é o melhor momento para se fazer isso. Registrou o fato de a  
7 gestão estar hoje em uma encruzilhada, onde existem grupos dentro da Universidade,  
8 que atendendo a demandas externas, que atendendo demandas de próprios grupos, estão  
9 com os cursos preparados e prontos para ofertar. Assinalou também que não pode  
10 afirmar que cem por cento das Universidades Federais ofertam, mas a grande maioria  
11 delas oferece esse tipo de curso, sendo natural que esses grupos, nas suas próprias áreas,  
12 estejam interessados nisso e pressionem a gestão pra que os viabilize. Simplesmente  
13 superar os problemas legais da resolução antiga não atende a demanda, posto que será  
14 preciso avançar muito naquela resolução, sendo essa a proposta que a Administração  
15 Superior apresentou à esse Conselho, que agora precisa tomar uma decisão. Sublinhou  
16 que a discussão a ser feita é sobre os encaminhamentos, no qual se precisarmos de um  
17 tempo para debater a minuta da resolução é um; tirar de pauta o assunto para melhorar a  
18 minuta outro encaminhamento; suspender a resolução e suspender a Pós-graduação *lato*  
19 *sensu*, não por um motivo jurídico, mas por uma decisão política desse Conselho e abrir  
20 um debate amplo é outro. Solicitou então aos Conselheiros, que o encaminhamento das  
21 propostas fosse nesses termos, apresentando algumas alternativas. A seguir, foi dada a  
22 palavra a Conselheira Cristina Bezerra que ponderou ser a manutenção da resolução  
23 existente sobre a pós-graduação *lato sensu*, uma alternativa inviável, visto que apresenta  
24 erros legais. Retomou a fala do Conselheiro Márcio Sá Fortes pela qual os Conselhos de  
25 Unidades não estariam sendo espaços democráticos de debates das questões relativas à  
26 vida desta Universidade, registrando o seu desconforto quanto à fala ser realizada de  
27 uma forma genérica. O Senhor Presidente concordou com a fala da Conselheira Cristina  
28 Bezerra e esclareceu que o debate que pode vir a ser autorizado será sobre uma nova  
29 minuta e não quanto à resolução já existente. O Conselheiro André Martins lembrou que  
30 a suspensão dos cursos pagos em vigência envolve uma questão muito clara de sua  
31 manutenção até que uma nova decisão seja tomada. Além disso, tem outra interpretação  
32 de que nenhuma resolução é autorregulável, podendo até perder a sua validade histórica,  
33 mas sua validade legal é mantida, ou seja, a resolução de suspensão deve ser mantida,  
34 ou pode-se até criar outra resolução de suspensão, até que esse debate seja feito.  
35 Concordou com a questão de prazos, revelando que em sua percepção é preciso pensar  
36 um calendário, ter a clareza que não é uma discussão que pode ficar para daqui a anos,  
37 porque essa definição é estratégica para Universidade, pela qual, depois de tomada a  
38 decisão, a matéria estará no dia seguinte no Jornal Tribuna de Minas e em outros  
39 portais. Revelou preferir que o debate seja realizado na sua radicalidade, que uma  
40 posição madura seja tomada. Retomou a síntese de sua formulação, em que a até a  
41 deliberação do Consu sobre uma nova posição, significa a não oferta dos cursos pagos;  
42 em relação aos prazos, sugeriu pensar em uma reunião em abril ou maio de 2018 para o  
43 tema retornar ao Conselho, iniciando a discussão pela questão de princípio, mencionada  
44 em suas falas anteriores. Neste sentido, haveria tempo hábil para a realização de bates  
45 na Universidade sobre a questão. Afirmou que quando menciona a questão da  
46 oportunidade não está criando paradoxo, mas sim viabilizando o aprofundamento do  
47 debate, tanto para quem defende a implementação dos cursos pagos quanto para quem é  
48 contra, todos têm que ter a clareza do significado dessa formulação, no atual contexto  
49 do Brasil. Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente retomou a fala e apresentou  
50 a necessidade de organizar os encaminhamentos de votação, pelo caminho que a

1 discussão se iniciou através do pedido de retirada de ponto de pauta e essa solicitação  
2 começou a ter encaminhamentos diferentes que precisariam ser esclarecidos. Um  
3 encaminhamento seria uma retirada rápida da pauta para esclarecimentos e outra  
4 proposta seria uma retirada para abrir espaço para esse debate, assinalando também o  
5 encaminhamento apresentado agora a pouco pelo Conselheiro André Martins. O  
6 Conselheiro José Otávio do Amaral solicitou um esclarecimento, saudando a todos e  
7 ponderando que em razão das várias formas diferentes de retirada para serem discutidas  
8 depois, seria mais prudente votar se o Conselho vai discutir agora o assunto ou vai  
9 retirar; uma vez isso definido, caso a decisão seja por retirar, seja deliberado quanto às  
10 formas de retirada. Por uma questão de ordem, o Conselheiro André Martins pediu a  
11 palavra para indicar seu encaminhamento contrariamente à indicação do Conselheiro  
12 José Otávio, porque, em seu ponto de vista, certamente alguns Conselheiros na dúvida  
13 sobre o horizonte temporal, podem solicitar e se posicionar para uma discussão de  
14 imediato. Que quando se fala da definição de uma proposta clara, com horizonte, é para  
15 definir e deixar explícito o que está em questão e não simplesmente decidir se retira ou  
16 não o ponto de pauta. O Senhor Presidente tomou a fala e registrou as duas propostas  
17 definidas, sendo a primeira a retirada da pauta, que abriria a discussão durante os  
18 primeiros quarenta e cinco dias do período letivo, ou seja, essa discussão iria até  
19 meados do mês de abril, com a suspensão mantida dos cursos pagos; ou, a segunda  
20 proposta de deliberação da minuta de resolução encaminhada aos Conselheiros. O  
21 Senhor Presidente indagou se seriam apresentadas outras propostas e pediu o  
22 posicionamento dos diretores, principalmente das unidades que estão demandando a  
23 aprovação da resolução, na medida em que a primeira proposta implica que, no mínimo,  
24 até o primeiro semestre de 2018 não teremos oferta de cursos pagos. O Conselheiro José  
25 Otávio do Amaral pediu a confirmação das duas proposições então apresentadas e a  
26 seguir foi dada a fala ao Conselheiro Wilhelm Freire que saudou a todos apresentando a  
27 posição ICE, revelando que foi divulgada a proposta para os departamentos e solicitado  
28 um prazo para manifestações, e que dependendo dessas manifestações, seria convocada  
29 uma reunião de conselho. Como não houve manifestações, com exceção do  
30 Departamento de Ciências da Computação, a posição do ICE é favorável à discussão  
31 imediata da minuta de resolução dos cursos de pós-graduação *lato sensu* pagos.  
32 Entretanto, hoje, diante das colocações ouvidas não se sente à vontade de optar por essa  
33 proposta, corroborando com a proposta apresentada pelo Conselheiro André Martins,  
34 desde que fique definido que em abril teremos essa questão finalizada. A Conselheira  
35 Marise Pimentel pediu a palavra, saudou a todos e revelou que foi convocada uma  
36 reunião de congregação da Faculdade de Comunicação, que não foi realizada em razão  
37 da falta de quorum e que, em função disso, não apresenta uma posição da sua unidade e  
38 sim mais uma preocupação, como todas que já foram ditas anteriormente, assinalando  
39 que essa questão do prazo atenderia muitas unidades que mesmo que tenham se reunido,  
40 não conseguiram tomar uma posição. Em seguida foi dada a palavra ao Conselheiro  
41 Heronides Filho que saudou a todos apresentando, como técnico administrativo, a  
42 deliberação da assembleia da categoria que deliberou pela retirada do ponto de pauta,  
43 mas não condicionou tempo, não tendo a lógica do tempo nesse processo. Que assim  
44 sendo, existe acordo na retirada, porém a consequência da retirada vai requerer um  
45 debate na bancada que não estabeleceu prazo em sua assembleia. O Senhor Presidente  
46 retomou a palavra e questionou se estaria sendo encaminhada outra proposta. Em  
47 resposta ao questionamento, o Conselheiro Márcio Sá Fortes ponderou que, em que  
48 pese o prazo de quarenta e cinco dias não tenha sido aprovado em assembleia pela  
49 categoria, tendo sido aprovada a retirada de pauta para ser realizada uma discussão na  
50 comunidade acadêmica, se esse prazo for suficiente para discussão, ele pode ser sim um

1 prazo razoável e após o fim, não sendo possível exaurir toda discussão na comunidade  
2 acadêmica, talvez seja apresentado o posicionamento de prorrogação desse prazo. O  
3 Senhor Presidente indagou se o posicionamento do conselho seria de uma proposta  
4 única, sendo requisitada a palavra pelo Conselheiro Lourival Batista que pontuou seu  
5 entendimento quanto a existência de dois encaminhamentos, destacando ser a  
6 manutenção da proposta para discussão imediata ou sua retirada para discussão,  
7 conforme proposta do Conselheiro André Martins. O Conselheiro André Martins  
8 retomou a fala e por uma questão de encaminhamento, apresentou sua posição que foi  
9 contra a fala do Conselheiro Lourival Batista, indagando se o Conselheiro Lourival  
10 estava defendendo a manutenção da proposta para discussão, uma vez que em seu  
11 entendimento alguém teria que dizer que esta defendendo este encaminhamento, isto é,  
12 a proposta teria que ter um sujeito responsável pelo seu encaminhamento. Deixou clara  
13 a proposta que estava apresentando a qual seria a manutenção da suspensão dos cursos  
14 de especialização pagos; quarenta e cinco dias letivos para debate; após a realização dos  
15 debates a realização da reunião do Conselho Superior para deliberar sobre a  
16 possibilidade de oferta dos cursos de especialização pagos e, se for aprovada a proposta,  
17 a realização do debate e apreciação da minuta que foi encaminhada. Sendo uma  
18 proposta clara e objetiva, com sujeito responsável pelo seu encaminhamento. Em  
19 seguida foi passada a palavra ao Conselheiro Ricardo Cristófaró que saudou a todos  
20 assinalando sua posição contrária a fala do Conselheiro André Martins, visto que a  
21 partir do momento que um tema está na pauta da reunião do Conselho passa a ser uma  
22 proposta que precisa ser apreciada de forma positiva ou negativa. Fala corroborada pelo  
23 Conselheiro José Otávio do Amaral. A seguir o Senhor Presidente retomou a fala,  
24 ponderando concordar com o posicionamento do Conselheiro Ricardo Cristófaró pelo  
25 qual na realidade temos uma proposta em pauta, sendo necessário votar a proposta de  
26 retirada de pauta, encaminhando em regime de votação a proposta apresentada pelo  
27 Conselheiro André Martins de manutenção da suspensão dos cursos de especialização  
28 pagos; quarenta e cinco dias letivos para debate do assunto; após a realização dos  
29 debates, a realização da reunião do Conselho Superior para deliberar sobre a  
30 possibilidade de oferta dos cursos de especialização pagos e se for aprovada a proposta,  
31 a realização do debate e apreciação da minuta que foi encaminhada aos conselheiros e o  
32 outro encaminhamento de manutenção da pauta e sua apreciação. A proposta de retirada  
33 foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, quinze contrários e duas  
34 abstenções. Na sequência o Senhor Presidente apresentou o próximo item da pauta do  
35 dia - **3.2 - Processo nº 23071.004688/2017-15- Proposta de alteração da Resolução**  
36 **Nº 13/2016 - Consu (Parecer: Conselheira Denise Barbosa Friedrich)**. Solicitou aos  
37 conselheiros autorização para participação da Professora Sandra Helena Tibiriçá, como  
38 representante da proposta da Faculdade de Medicina, para sanar dúvidas e prestar  
39 informações. A requisição foi aquiescida, sendo a seguir dada a palavra à relatora,  
40 Conselheira Denise Barbosa, que realizou a leitura de seu parecer. Em seguida, foi  
41 concedida a palavra ao Conselheiro Rubens Rodrigues, representante da Associação dos  
42 Professores de Ensino Superior - Apes, que explicitou os motivos que justificaram a  
43 solicitação de vistas do processo, qual seja, a preocupação com a atual política  
44 educacional empreendida pelo país e os cuidados necessários em relação à  
45 excepcionalidade do regime de trabalho de 40 (quarenta) horas sem dedicação  
46 exclusiva, denotando a necessidade da realização de um amplo debate na universidade  
47 sobre o assunto, junto às unidades. Ponderou que as motivações se referem à  
48 necessidade de compreender essa discussão com seu caráter amplo e complexo,  
49 assinalando que o parecer da professora Denise Barbosa, já assim o considerou nesse  
50 contexto, sendo importante ratificar os motivos aos conselheiros e conselheiras, no



1 sentido de ratificar a posição histórica que o sindicato defende, especialmente em dois  
2 aspectos estratégicos nesse debate, sendo o primeiro a defesa da universidade pública,  
3 como universidade pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada e  
4 que, sobretudo articule ensino, pesquisa e extensão no mais alto nível possível, de modo  
5 a promover a socialização da cultura e da ciência pela sociedade. Relatou a  
6 compreensão das especificidades das demandas, entretanto entendem que a dedicação  
7 exclusiva precisa ganhar prioridade, reforçando a necessidade de um debate maior do  
8 tema nas unidades, para que tenham conhecimento dessa resolução. Pontuou aspectos  
9 que lhes são caros, sobretudo quanto a três elementos, primeiro sobre uma definição  
10 mais precisa dos critérios da excepcionalidade do regime de trabalho de 40 (quarenta)  
11 horas, em segundo lugar os mecanismos que assegurem a prioridade ao regime de  
12 dedicação exclusiva e em terceiro a importância de um maior envolvimento das  
13 unidades. Finalizou apresentando uma proposta de retirada da pauta por um prazo, que  
14 poderia ser até abril de 2018. O Senhor Presidente passou a palavra a Conselheira  
15 Cristina Bezerra que cumprimentou a Associação dos Professores de Ensino Superior –  
16 Apes pela discussão colocada, revelando, porém não ser particularmente contrária à  
17 retirada de pauta, mas que é preciso ser reconhecido o esforço da Comissão Permanente  
18 de Pessoal Docente - CPPD – para debater o assunto, que por duas vezes solicitou às  
19 unidades uma contrapartida. Revelou que sua unidade fez a discussão do tema e  
20 apresentou um retorno da primeira que requisitaram, justificando que talvez pelo  
21 número pequeno de pessoas que são quarenta horas, as unidades não tenham dado a  
22 importância devida a essa questão. Questionou se a retirada de pauta seria apenas mais  
23 uma retirada ou de fato uma retirada de pauta para que cada unidade realize o debate,  
24 significando compromisso. Lembrou a situação vivenciada quando da aprovação da  
25 Resolução 13.2016, em que os conselheiros foram convocados para deliberar sobre  
26 situações específicas de quatro professores e foram surpreendidos com uma minuta de  
27 resolução que não foi enviada previamente e que não foi debatida suficientemente.  
28 Concluiu que nem agora e muito menos quando da aprovação da Resolução 13. 2016 o  
29 assunto foi debatido com a responsabilidade que merece. A seguir foi passada a fala ao  
30 Conselheiro Tadeu Coutinho que saudou a todos, agradecendo em nome da Faculdade  
31 de Medicina à Administração Superior pela sensibilidade quanto ao tema, assim como à  
32 Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD pelo trabalho realizado.  
33 Cumprimentou também a relatora Conselheira Denise Barbosa pela qualidade do  
34 parecer apresentado, explicitando e defendendo as especificidades de sua unidade  
35 quanto ao assunto e justificando os problemas quanto à retirada de pauta, solicitando a  
36 comoção dos conselheiros pela manutenção e discussão da temática. Pediu ainda que,  
37 independente da retirada de pauta, que fossem aprovados os pedidos acatados pela  
38 Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD. O Senhor Presidente agradeceu as  
39 explicações do Conselheiro Tadeu Coutinho e encerrando as inscrições passou a  
40 palavra ao Conselheiro Eduardo Salomão Condé que corroborou a proposta de  
41 manutenção e discussão da pauta, seguido pela Conselheira Denise Barbosa que  
42 retificou a numeração do processo apresentada em seu relato quando da leitura. A  
43 Conselheira Kátia Maria Castro, antes da votação do encaminhamento, substituiu o  
44 Conselheiro Luiz Paulo da Silva Barra como um dos representantes das pró-reitorias na  
45 reunião, esclarecendo a solicitação realizada à Comissão Permanente de Pessoal  
46 Docente – CPPD pela Progepe, quanto a um estudo da carreira docente e não sobre  
47 concurso público para T40. Dando continuidade a pauta, em regime de votação a  
48 proposta de manutenção da pauta foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor,  
49 onze contrários e quatro abstenções. Abertas as inscrições, em regime de discussão foi  
50 dada a palavra ao Conselheiro Eduardo Salomão Condé que acentuou a competência do

1 Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora enquanto instância para  
2 deliberar a temática, a necessidade de regulação e definição de parâmetros. Afirmou a  
3 importância de definição de um percentual de professores de dedicação exclusiva que  
4 não seja menor que setenta e cinco por cento, revelando ser legítima a discussão das  
5 especificidades apresentadas pela Faculdade de Medicina, porém preservados os  
6 professores de dedicação exclusiva como referência de Universidade Pública. Na  
7 sequência a Conselheira Denise Barbosa pediu a palavra para corroborar a fala da  
8 Conselheira Cristina Bezerra quanto à existência de poucos professores em regime de  
9 trabalho de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, situação inclusive de sua  
10 unidade, onde os mesmos inexistem. Concordou também com a fala do Conselheiro  
11 Eduardo Salomão Condé quanto à defesa das Universidades Públicas, porém avaliando  
12 como válida a análise das especificidades, conforme solicitado pela Faculdade de  
13 Medicina. Na sequência a Conselheira Cristina Bezerra pediu a palavra para relatar  
14 quanto ao debate do tema realizado em sua unidade, asseverando que a dedicação  
15 exclusiva é uma conquista histórica da carreira docente, reafirmando ser fundamental  
16 manter a prioridade da dedicação exclusiva na UFJF. Corroborou a fala do Conselheiro  
17 Eduardo Salomão Condé quanto à necessidade de a porcentagem ficar clara, assim  
18 como os critérios para concessão do regime de trabalho de 40 (quarenta) horas sem  
19 dedicação exclusiva para docentes do Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal  
20 da Universidade Federal de Juiz de Fora. Revelou ainda que o assunto foi amplamente  
21 debatido no Fórum de Diretores da UFJF, que procurou analisar as melhores soluções  
22 para atender a demanda. Logo após, o Conselheiro Rubens Rodrigues pediu a fala e  
23 registrou a relevância de garantir a prioridade da dedicação exclusiva e se estabelecer os  
24 critérios para concessão do regime de trabalho de 40 (quarenta) horas, visto que os  
25 apresentados pela Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD são muito vagos,  
26 deixando vulnerável a dedicação exclusiva. Reforçou também quanto a referência de  
27 percentual e a necessidade de discussão sobre os critérios para a proporcionalidade. O  
28 Conselheiro Tadeu Coutinho solicitou que a professora Sandra Helena Tibiriçá  
29 prestasse algumas informações quanto às especificidades da Faculdade de Medicina em  
30 relação do regime de trabalho de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, que  
31 ocorrem tanto no campus de Juiz de Fora quanto no de Governador Valadares.  
32 Salientou a importância de defender o protagonismo da Universidade Pública através de  
33 professores de dedicação exclusiva, porém justificou a necessidade de se analisar as  
34 especificidades, que ocorrem principalmente na área da saúde, em especial na área  
35 médica, que podem comprometer e inviabilizar o curso de Medicina. A seguir a  
36 Conselheira Jaqueline Frônio saudou a todos e apresentou a posição da Faculdade de  
37 Fisioterapia, revelando concordarem com a aprovação de um percentual por unidade e  
38 não por área ou departamento. Realizou algumas reflexões quanto ao trabalho e as  
39 especificidades apresentadas pela Faculdade de Medicina, indagando sobre a isonomia  
40 de tratamento para docentes de outras áreas que não da saúde. A professora Sandra  
41 Helena Tibiriçá pediu novamente a fala para defender a proposta de que a análise  
42 percentual a ser deliberada leve em consideração as área ou departamentos, pois  
43 realizada de outra forma, não atenderia as especificidades da Faculdade de Medicina. O  
44 Senhor Presidente retomou a palavra para ponderar sobre os encaminhamentos de  
45 votação e passar a deliberar sobre a proposta de resolução de alteração da Resolução nº  
46 13/2016 Consu, levando em consideração as sugestões apresentadas e o relatório da  
47 diretora da Faculdade de Enfermagem, Denise Barbosa de Castro Friedrich. Os  
48 seguintes conselheiros se inscreveram e apresentaram ponderações: Conselheiro  
49 Eduardo Salomão Condé, Conselheiro Rubens Rodrigues, Conselheiro Marcos Souza  
50 Freitas, Conselheira Cristina Bezerra, Conselheiro Wilhelm Freire, Conselheiro Gustavo

1 Abadala, Conselheira Jaqueline Frônio, Conselheiro Lourival Batista, Conselheira Kátia  
2 Castro, Conselheira Ana Lívya Coimbra e o Conselheiro André Martins. Após o debate,  
3 encerradas as inscrições e o regime de discussão, o Senhor Presidente apresentou  
4 algumas considerações sobre a proposta e sobre os critérios a serem estabelecidos,  
5 solicitando à professora Sandra Helena Tibiriçá que se ausentasse para proceder à  
6 votação, agradecendo os esclarecimentos prestados. Finalizado o prazo regimental da  
7 reunião, requisitou também aos conselheiros a prorrogação da reunião por uma hora,  
8 demanda que foi aquiescida por todos. Para entrar em regime de votação, organizou os  
9 encaminhamentos apresentando duas proposições quanto aos percentuais, levando em  
10 consideração os limites por unidades ou um limite geral. A proposição quanto ao limite  
11 geral foi aprovada por maioria, sendo em seguida, deliberado sobre a porcentagem. Foi  
12 aprovado o limite de setenta e cinco por cento dos docentes da UFJF em dedicação  
13 exclusiva. O Conselheiro Rubens Rodrigues apresentou sua declaração de voto, pela  
14 qual seria necessário um estudo mais aprofundando desse percentual. Em continuidade a  
15 análise das proposições da relatora, foi dada a palavra a Conselheira Denise Barbosa  
16 para proceder à leitura das propostas e suas deliberações. Passou também a palavra para  
17 a Conselheira Kátia Castro apresentar as sugestões da Progepe. Tendo em vista a  
18 necessidade de buscar alguns esclarecimentos com a Comissão Permanente de Pessoal  
19 Docente – CPPD quanto a determinados artigos, o Senhor Presidente sugeriu a  
20 suspensão da discussão da proposta, sendo a proposição acatada por todos os  
21 conselheiros presentes. Passou para o próximo item da pauta **3.1- Recurso de Análise**  
22 **Socioeconômica que indeferiu matrícula.** O Senhor Presidente apresentou os recursos  
23 de resultado de análise socioeconômica que indeferiu matrícula. Passou a palavra ao  
24 Conselheiro Marcos Freitas, registrando que se trata de recursos que foram indeferidos,  
25 conforme solicitação realizada, quanto ao envio ao Conselho Superior de apenas os  
26 processos relativos a recursos do resultado de análise socioeconômica que indeferiu  
27 matrícula, conforme consta no artigo 10, parágrafo terceiro, do Regimento da  
28 Universidade Federal de Juiz de Fora. Questionou se a votação poderia ser realizada em  
29 bloco, sendo solicitado pela Conselheira Cristina que os processos das candidatas  
30 Juliana Angélica Lopes e Michele Macedo Menezes fossem votados em destaque. Em  
31 regime de votação apresentou os processos que tratam do resultado da análise  
32 socioeconômica que indeferiu matrícula dos seguintes interessados: 023001/2017-41  
33 Adriano Faria de Carvalho; 023003/2017-30 Dalila Gislaine de Faria e 023005/2017-29  
34 Jaynara Lambert Archanjo; que foram indeferidos por unanimidade. A seguir, em  
35 regime de votação apresentou os processos que tratam do resultado da análise  
36 socioeconômica que indeferiu matrícula dos seguintes interessados: 023006/2017-73  
37 Juliana Angélica Lopes e 023012/2017-21, que foram indeferidos por maioria, um uma  
38 abstenção. Esgotado o tempo regimental, o Senhor Presidente suspendeu a reunião e em  
39 virtude da necessidade de continuidade da pauta, agendou outra reunião para a próxima  
40 sexta-feira, dia 15 de dezembro de 2017. A seguir, o Senhor Presidente, não havendo  
41 mais manifestações e nada mais a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a  
42 reunião, secretariada por mim, Rodrigo de Souza Filho, que, para constar, lavrei a  
43 presente ata que dato e assino.

44  
45  
46  
47 Juiz de Fora, 12 de dezembro de 2017.  
48  
49  
50

**Rodrigo de Souza Filho**  
**Secretário Geral**

**Prof. Dr. Marcus Vinicius David**  
**Reitor da UFJF**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10

ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.

39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.
55.	56.

1